
1 O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO RECÔNCAVO BAIANO: ANÁLISE DE UMA LITERATURE PRODUZIDA

Mariana Amado Alvarez Coelho

Mestrado profissional em Intervenção Educativa e Social, Universidade do Estado da Bahia.

E-mail: marianaacoelho@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como tema a análise de uma literatura produzida acerca do território do Recôncavo Baiano. Seu objetivo visa compreender aspectos conceituais, históricos, socioeconômicos e culturais que envolvem o referido território no estabelecimento das feiras livres. Teve como questão de estudo identificar de que modo a feira livre se estabelece diante do Recôncavo Baiano e da cultura local? Metodologicamente utilizou de uma pesquisa bibliográfica com base em autores como: Barickman (2003), Mascarenhas e Dolzani (2008), Bauman (2003), Soares e Gomes (2002), Laraia (1997), Mott (1976), Santos M. (1959; 1996), Santos B. (2002) e Ribeiro (1995). Também fez uso de pesquisa documental. Concluiu que as feiras livres tiveram papel representativo na formação de cidades no Recôncavo Baiano pelo seu processo de trocas econômicas e de sociabilidade; diante do contexto histórico, estas circunstâncias estabelecem uma relação entre a cultura do local e a prática da feira livre no âmbito do território do Recôncavo Baiano.

Palavras-chave: Território. Recôncavo. Feira.

ABSTRACT

This article has as its theme the analysis of a literature produced about the territory of the Recôncavo Baiano. Its objective is to understand conceptual, historical, socioeconomic and cultural aspects that involve the referred territory in the establishment of free fairs. The question of study was to identify how the free fair is established in the face of the Recôncavo Baiano and the local culture? Methodologically, it used a bibliographic research based on authors such as: Barickman (2003), Mascarenhas and Dolzani (2008), Bauman (2003), Soares and Gomes (2002), Laraia (1997), Mott (1976), Santos M. (1959; 1996), Santos B. (2002) and Ribeiro (1995). It also made use of documentary research. It concluded that the street markets had a representative role in the formation of cities in the Recôncavo Baiano due to their process of economic exchanges and sociability; given the historical context, these circumstances establish a relationship between the culture of the place and the practice of the open market within the territory of the Recôncavo Baiano.

Keywords: Territory. Recôncavo. Fair.

1.1 INTRODUÇÃO

Neste artigo realizamos um traçado do território de identidade do Recôncavo baiano, com objetivo de compreender seus aspectos conceituais, históricos, socioeconômicos e culturais. A questão de estudo identificou de que modo a feira livre se estabelece diante do território do Recôncavo Baiano e da cultura local? Para o alcance do objetivo e da questão posta, utilizamos uma pesquisa bibliográfica nos principais autores: Barickman (2003), Mascarenhas e Dolzani (2008), Bauman (2003), Soares e Gomes (2002), Laraia (1997), Mott (1976), Santos M. (1959; 1996), Santos B. (2002) e Ribeiro (1995). Para compor o artigo, fizemos uso de pesquisa documental nos seguintes órgãos destacados: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN). Além das considerações iniciais, o artigo encontra-se estruturado da seguinte forma: 2) O território de identidade do Recôncavo baiano e a cultura local; 3) Especificidades de uma feira livre: concepções históricas e culturais e 4) Considerações finais.

1.2 O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO RECÔNCAVO BAIANO E A CULTURA LOCAL

A compreensão de um território, segundo Santos M. (1996), vai além de um espaço delimitado e regulado. Sua definição conduz a percepção de que o mesmo é passível de transformações ao longo da história. A “configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou área e pelos acréscimos que os homens super impuseram a esses sistemas naturais” (ibid, p. 51). Ao analisar esta afirmação, percebemos que o território vai além de ser uma área demarcada, ele abrange uma complexidade maior, e o seu processo de reconstrução temporal envolve relações sociais.

[...] o território é o chão e mais a população, isto é uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre as quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que está falando em território usado, utilizado por uma população (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p. 174).

Baseado nesta citação, compreendemos que pode não existir um território em si mesmo se não ocorrer a ação dos seus atores. Santos e Silveira (2003) corroboram quando afirmam que

existem outras possibilidades de se constituir um território, não apenas na concepção tradicional do “poder político-econômico” ou de apropriação, mas também ao poder no sentido mais subjetivo. Dessa forma, inferimos que o conceito de território envolve também a definição de identidade, que são

afinidades estabelecidas transmitindo às pessoas que as vivenciam o sentimento de pertencer a determinados grupos sociais. A identidade pode basear-se na ideia de uma descendência comum, de uma história assumida em conjunto ou de um espaço com o qual o grupo assume elos [...] (CLAVAL, 2001, p. 179).

Ao analisar as concepções de território e de identidade refletimos que o seu desenvolvimento está intimamente relacionado ao sentimento de pertencimento das pessoas com o local, bem como das relações historicamente estabelecidas. Sendo assim, o território se expande para além da definição de espaço geográfico, quando também é definido como o resultado das relações sociais que se constroem nos lugares e municípios.

Na essência epistemológica, ao observar os termos território e identidade, em confronto com as constatações práticas observadas, há uma possibilidade de se questionar a configuração do território como simples unidade de planejamento e ação de políticas públicas de médio e longo prazo. Pelo entendimento conceitual compreendemos que há mais pluralidades do que singularidades nos territórios, pois eles mudam com o passar dos anos, junto com as suas identidades em processo constante de (re)construção.

O termo “Território de Identidade” surgiu no Brasil a partir dos movimentos sociais ligados à agricultura familiar e à reforma agrária, adotado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2005).

Esses territórios baianos, chamados de Territórios de Identidade, representam os lugares de convivência a partir de onde é possível pensar, inovar, planejar e executar ações para melhorar as condições de vida de seus cidadãos. Para isso, é necessário que sociedade civil, governantes e os representantes dos setores produtivos e empresariais se articulem com o propósito de identificar e potencializar os atributos e capacidades dos territórios, e destes no conjunto do Estado. O aproveitamento dessas capacidades e atributos contribuirá para diminuir as desigualdades entre os territórios da Bahia e entre eles e outras regiões (PERAFÁN; OLIVEIRA, 2013, p. 8).

Como visto acima, o entendimento do termo “território de identidade” pode se configurar como um lugar de convivência onde existem capacidades de pensar, inovações e planejamentos de ações que possam melhorar a qualidade de vida dos habitantes do mesmo, contudo, muitas vezes não existe a obtenção da referida definição numa práxis.

Ao considerar o pensamento de Santos M. (1996) sobre o conceito de região, refletimos sobre um espaço que comporta a realidade do local, no sentido de vivências e da prática social. Santos M. (1996, p. 196) destaca que “nenhum subespaço do planeta pode escapar ao processo conjunto de globalização”. Entendemos que, a expansão do capital hegemônico teria eliminado as diferenças regionais, o que pode dificultar uma reflexão mais aprofundada sobre a região (ibid). Santos B. (2002) concorda quando coloca que existe uma necessidade de luta na busca pela minimização de desigualdades e problemas sociais a nível regional, devido a hegemonia capitalista. Ao verificar as falas desses autores, refletimos que o mundo se coloca refém de um processo de globalização cujos impactos são sentidos a nível regional e que podem colocar em risco práticas e costumes locais.

Em termos demográficos, o território de identidade do Recôncavo Baiano é composto por 20 municípios, como aponta o IBGE (2017)

Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara e Varzedo (IBGE, 2017).

Observamos que o território alcança a maior parte do Nordeste baiano, com uma área de 5.221 km², sendo os municípios de destaque em número de habitantes: Santo Antônio de Jesus, com 102.380, e Cruz das Almas, com 63.591 – população estimada (BAHIA, 2019, p. 1).

Em uma perspectiva histórica, diferentes atividades caracterizaram o território do Recôncavo Baiano. Ele integrou microrregiões desde os tempos da colonização. O território “provém das relações mantidas de longa data entre suas várias atividades, recôncavo canavieiro, fumageiro, mandiogueiro e da cerâmica, sem falar nas zonas pesqueiras beirando mais proximamente o litoral” (SANTOS M., 1959, p. 62). De acordo com a história de sua subsistência, as lavouras de mandioca se mantiveram como destaque, impulsionando o avanço no comércio de farinha da região, e o conjunto da agricultura, escravista até a sua abolição.

No século XIX, o aumento da demanda de açúcar nos países da Europa, principalmente na Inglaterra, conduziu a revolução industrial e a urbanização no território. Barickman (2003) explica que a agricultura do recôncavo baiano se desenvolveu com as produções de açúcar, pecuária, fumo e mandioca ao longo do século XIX e XX. A expansão do seu interior se deu com a lavoura fumageira, que ocupou as áreas circunvizinhas àquelas cultivadas com cana-de-açúcar. “Posteriormente, em conjunto com as lavouras de subsistência e a pecuária, se estendeu

até os municípios de Cruz das Almas, Sapeaçu, Conceição do Almeida, São Felipe e Castro Alves” (PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO RECÔNCAVO [PTDRSS], 2017, p. 15).

Ao longo dessa história, a modernização da economia açucareira substituiu o engenho pela usina, e a organização socioespacial do território começa a se estruturar também pelas feiras livres e ferrovia, que se revelaram dinamizadores principalmente após o final do século XIX. Entendemos que tanto as feiras, quanto a ferrovia contribuíram para que o povoamento da região avançasse, e, com o passar do tempo, as crises na fabricação do açúcar no Brasil impactaram negativamente sob a economia local.

De acordo com Barickman (2003), as produções de açúcar, fumo e mandioca foram as que mais marcaram a história do território. Outros marcos temporais do Recôncavo no século XX, foram a implantação da BR 101, na década de 1970, e o fechamento de fábricas de charutos em Cruz das Almas, São Félix, Muritiba e Maragojipe, na década de 1990.

De acordo com o SEI (BAHIA, [202-?], p. 1), em termos econômicos, hoje o território de identidade possui 3.179 estabelecimentos voltados ao comércio e 1.875 a serviços. Observamos com tais números, que tanto o comércio quanto os serviços, atraem para os municípios da região uma população fixa e flutuante, trazendo uma dinamicidade socioespacial. No território, algumas parcerias foram feitas entre o Governo estadual e Instituições Federais como a Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), o Serviço Nacional e Aprendizagem Industrial (SENAI) e o SEBRAE (BAHIA, 2019).

Em uma perspectiva étnica e cultural do território, observamos que o Recôncavo baiano é uma região brasileira de intensa influência africana por ter recebido milhares de homens e mulheres negros oriundos de várias partes da África, que ali foram escravizados (OLIVA, 2009), que influenciou nas crenças e valores compartilhados no referido território, proveniente da implantação da economia açucareira, por intermédio dos engenhos de açúcar.

Ribeiro (1995) explica que a população nordestina resultou na mistura das raças branca, indígena e negra. O Recôncavo baiano é marcado pela resistência dos negros escravizados historicamente e que lutaram por liberdade pelas fugas para territórios quilombolas. Os autores Soares e Gomes (2002) afirmam que na época, para se manterem nos seus quilombos¹, os negros passaram a executar outras formas de trabalho, como o transporte de carga, a venda de alimentos, os serviços operários e de quitandeiras. Ressaltamos que as mulheres negras chamadas de quitandeiras, utilizavam o tabuleiro para expor seus alimentos à venda nas ruas e

¹ Na era colonial e imperial, foram espaços construídos pelos escravizados negros africanos e afrodescendentes fugidos da escravidão em busca de viver em liberdade.

feiras, e que estas atividades também fomentaram o surgimento de pequenos comércios locais no território do Recôncavo baiano. Essa história nos remete a luta da mulher negra no Recôncavo marcada pela desigualdade sócio racial, quando negras buscaram novas formas de sobrevivência desde o período pós escravidão, quando o intuito era de conseguir o seu próprio sustento.

De acordo com Pantoja (2004), antes de serem trazidas para o Brasil, as quitadeiras já existiam na África, e com a sua chegada, trouxeram consigo os chamados “gêneros de primeira necessidade” ao país, pelas migrações transatlânticas. Segundo Soares e Gomes (2002), as quitadeiras, tiveram que se adaptar a demanda e oferta local, conquistando o espaço do “comércio a retalho”. É comum observar que a prática da quitanda perdura nos dias atuais nas feiras livres da Bahia e do Recôncavo, onde se encontra o maior quantitativo da raça negra do Brasil, podendo ser considerado um costume cultural.

O estado da Bahia e seus territórios são compostos por diferentes perfis raciais, e as desigualdades por cor ou raça ainda marcam a sua história. Essa questão reproduz o aumento dos níveis de vulnerabilidade econômica e social, como afirma dados da SEI (BAHIA, 2020, p. 4).

A Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios (PNAD) em 2019 mostrou que 81,6% (5.687 mil pessoas) da força de trabalho na Bahia eram negras e 79,9% (4.010 mil) dentre os indivíduos fora da força de trabalho também eram negros. Apesar de ser a esmagadora maioria da força de trabalho, a população negra possuía taxas de desemprego mais elevadas (17,2%), superando a taxa da população branca (14,8%) e a do total dos baianos (16,8%). A disparidade era ainda mais perversa em relação às mulheres negras (20,3%), cujo índice superou o calculado para os homens brancos (12,2%), para os homens negros (14,8%) e para as mulheres brancas (17,6%) (BAHIA, 2020, p. 4).

Observamos nestes índices, que no mercado de trabalho, a probabilidade de estar desempregado é maior entre as mulheres negras baianas, aliado ao desemprego por conta da crise econômica provocada pela COVID-19, desde meados de 2019.

A nível de educação, o Recôncavo teve uma diminuição na taxa de analfabetismo em dez anos no período do ano 2000 a 2010, passando de 21,7% (2000) para 16,2% (2010). Conforme os indicadores do SEI (BAHIA, 2019, p. 1-2), existem na região, cursos de graduação e pós graduação oferecidos em instituições de ensino superior que contabilizam 102 unidades presenciais e 710 polos de ensino a distância (EAD), onde existem universidades públicas, faculdades privadas e institutos federais, nas cidades de Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus e São

Felipe (IFBA, *online*). Podemos considerar referências no ensino público superior do território, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), localizada na cidade de Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus, bem como a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *campus V*, em Santo Antônio de Jesus (BAHIA, 2019).

Observados tais dados, de acordo com o Sebrae (2020, p. 10), a região do Recôncavo Baiano alavancou em termos sócio econômicos pela atuação de universidades, faculdades, instituto federal (IFBA) e indústrias locais. Contudo, observamos que, a pandemia da COVID-19 gerou uma crise econômica que afetou a indústria, o comércio e os serviços. Desde meados de 2020, muitas fábricas e pequenos comércios fecharam causando um aumento do número de desempregados formais em toda região (SEBRAE, 2020, p. 10).

Segundo publicação da SEI (BAHIA, 2020, p. 7) “a remuneração é uma das variáveis que refletem disparidades, [...] que incidem com maior intensidade sobre a população negra”. Observamos diante do exposto, que ainda existem desigualdades de acesso à educação superior apesar do sistema de cotas, e, quando se trata de mercado de trabalho, ainda há dificuldades de acesso por gênero e raça conforme aponta o relatório do Panorama da população negra na Bahia (BAHIA, 2020, p. 4), anteriormente citado.

Em termos de planejamento para o território existe a necessidade de elaboração de documentos, leis e decretos municipais. Segundo Neves (2002, p. 98), estes “registram, com riqueza de detalhes, o dia-a-dia de um município e seus habitantes [...], abordam o econômico e social, como uma fotografia de corpo inteiro da comunidade municipal”. Assim, as posturas municipais e as leis orgânicas dos municípios indicam os parâmetros das relações sociais. Por meio desses documentos fica mais compreensível os prepostos da lei, e ou a existência de intervenções públicas nos territórios e dentro dos municípios.

Segundo o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, o PTDRSS do Recôncavo (2017, p. 11), “um planejamento que programa ações de intervenções para o território do Recôncavo a longo prazo”, elaborado com o apoio do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), há uma tentativa de mudança da realidade social, cultural, política, econômica e ambiental do Recôncavo, com o apoio de atores sociais locais. Observamos que o seu planejamento almeja englobar a sociedade quando afirma que as ações propostas para o território perpassam pela identidade e vivência do cotidiano dos sujeitos que configuram o lugar, como o resultado de suas relações sociais. Contudo, entre a teoria e a práxis, percebemos que, como em todo e qualquer plano, existe a necessidade de acompanhamento efetivo de suas

ações e o vislumbre de resultados reais dentro dos municípios pertencentes ao território, bem como das comunidades locais.

À nível municipal, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) conforme o Estatuto da Cidade, Lei Federal 10.257/2001, é um instrumento da política de desenvolvimento e expansão dos municípios, originário dos movimentos sociais que lutaram por reformas urbanas no Brasil. Está fundamentado na Constituição Federal (1988) e na Constituição do Estado da Bahia (1989 [1947]). Sua finalidade está em ordenar o desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes (BRASIL, 1990 [1988]).

Identificamos que existe uma obrigatoriedade do PDDU para cidades com população acima de vinte mil habitantes, ou inferior a este número, caso existam áreas turísticas e de impacto ambiental na região. No Brasil, o planejamento das cidades é feito pelo Estatuto da Cidade², um marco legal para o desenvolvimento municipal. A Constituição de 1988 dá origem a diretrizes fundamentais quando estabelece normas de ordem pública que regulam o uso da propriedade urbana em prol da coletividade, segurança e bem-estar da população (BRASIL, 1990 [1988]). No âmbito municipal, tanto o PDDU como o Estatuto da Cidade definem orientações para implantação e acompanhamento da prática de uma feira livre.

1.3 ESPECIFICIDADES DE UMA FEIRA LIVRE: CONCEPÇÕES HISTÓRICAS E CULTURAIS

As feiras possuem uma importância cultural antiga. Segundo Mott (1976), a primeira feira livre no Brasil, criada no período colonial no Nordeste, e chamada feira do “Capuame ou Capoame”, acontecia no norte do Recôncavo Baiano. Esta feira citada pela historiografia como uma das mais importantes, possui poucos estudos sobre sua existência. Identificamos que seu funcionamento no período colonial aconteceu no sertão baiano e envolvia a pecuária. Mott (1966) completa que, o aparecimento das cidades no Brasil está relacionado ao surgimento das feiras livres que possibilitaram atividades comerciais e instigaram a abertura de estradas e comunicações entre grupos.

No processo de formação das cidades brasileiras, as feiras foram se estabelecendo como local de comércio da população, na região Nordeste, no geral e na Bahia, especificamente. Alguns autores defendem que, no Nordeste, a feira livre obteve êxito em função da sua

² Oficialização da Lei 10.257 de 10 de julho de 2001.

formação econômica e socioespacial que envolve agricultura e pecuária praticadas na região (SANTOS; SILVEIRA, 2003).

No Recôncavo baiano, a feira livre é uma atividade de bastante representatividade para o território. Nestes locais, observamos uma rede de relações sociais, culturais e econômicas entre microcidades, especialmente em municípios de pequeno porte do Recôncavo, um costume cultural. Segundo explica Laraia (1997, p. 22), “a cultura em seu amplo sentido etnográfico é todo complexo que inclui costumes, qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”, isto elucida padrões de comportamento socialmente transmitidos, que se constituem como um modo de vida da comunidade, incluindo sua organização política, econômica, social e religiosa, aspectos permanentemente presentes numa feira.

Segundo Mascarenhas e Dolzani (2008), a feira possui uma longa trajetória no espaço urbano de persistência, com difícil sobrevivência diante da (pós) modernidade. Burke (1983, p. 132) corrobora quando afirma que “a cultura de um grupo deve ser percebida a partir de seus contextos históricos, e para o autor, existem cenários e personagens no espaço da feira livre”. Nesse aspecto, observamos o ofício do feirante como um costume comum na obtenção de renda para homens e mulheres que enfrentam o desafio de garantir a subsistência familiar, e neste sentido, compreendemos que a feira livre se configura como um modo de produção do território, um local que por vezes enfrenta a reprodução das relações capitalistas, e mediante esse enfrentamento.

Vale ressaltar que, para além do quesito estritamente econômico ou de uma “economia de mercado”, a feira representa um lugar em que as trocas de serviço, favores, ideias, sociabilidades e relações com a sociedade são pautadas no que define Santos H. (2018, p. 24) em uma “economia moral”. Essa circunstância pode estar implicada com a condição de assegurar a sobrevivência familiar. O referido autor complementa que “os feirantes lutavam em prol de uma moral que, muito mais forte que acumular capital e enriquecer-se, estava a condição de assegurar a sobrevivência da família” (ibid, p. 23).

Isto posto, entendemos que esta condição pode estar relacionada com o empreendedorismo por necessidade, no momento em que pessoas assumem o risco de empreendimentos pela escassez de oportunidades no mercado de trabalho formal.

Numa perspectiva econômica, ao tomar como base a teoria dos dois circuitos, Santos M. (1978) explica que existem dois circuitos da economia, o primeiro chamado de “moderno”, que traz alta tecnologia, e “o chamado circuito inferior atua em escala menor, mas é bem enraizado, e mantém relações privilegiadas com sua região” (ibid, p.16), assim, cada circuito

forma um subsistema do sistema urbano. Na sua obra “Espaço dividido” Santos M. (1978, p. 34), define que “ambos circuitos se encontram em um panorama contemporâneo”.

Percebemos que a definição dos dois circuitos não os constitui categorias estanques, portanto, não se pode afirmar que a feira se encontra em um circuito específico. No entendimento de Santos M. (1978), ambos circuitos dialogam entre si e compõem o cenário econômico urbano regional.

Interpretamos que a dinamicidade da feira, a caracteriza também como espaço educativo não formal, popular, constituído num processo cultural simbólico. Sua organização pode ser observada numa perspectiva plural, em que a construção do espaço depende da reprodução social dos feirantes. Neste sentido, a representação da feira livre se constitui em um espaço onde ocorrem práticas de comércio de diversos produtos que suprem as carências da população, contudo, percebemos que ela vai além, no momento em que resiste às dificuldades cotidianas enfrentadas quer por trabalhadores informais ou oriundos do campo.

Vislumbramos isto quando os feirantes usam os seus saberes populares, trabalho e histórias de vida na construção do seu ambiente de atuação. Nas feiras, mesmo com o passar dos anos, o modo de lidar com o público continua igual, e essa circunstância a constitui um símbolo histórico que permite que a população compartilhe tradições culturais. Segundo Mascarenhas e Dolzani (2008), a feira está inserida numa sociedade moderna, e se estabelece como local comunitário importante no meio urbano.

Ao analisarmos a sociabilidade dentro do ambiente de uma feira livre sob a ótica de Bauman (2003), entendemos que a feira consegue até os dias atuais preservar a humanização nas relações, diferente dos relacionamentos observados na sociedade pós-moderna, frágeis e impessoais. Visualizamos esses aspectos quando observamos o tratamento que o freguês recebe do feirante, quando é convidado a experimentar o produto como forma de garantir sua qualidade, uma especificidade cultural da feira livre. Neste sentido, enxergamos a feira como uma tentativa de manter viva as relações entre pessoas, vínculos de solidariedade diante da atual sociedade fluída, por meio de sujeitos que se relacionam entre si, na perspectiva de que o seu espaço traz consigo um resgate da identidade e do pertencimento, importantes para o estabelecimento cultural de um território.

Notamos a relevância das feiras livres tanto para a economia regional, quanto para a manutenção da cultura local no ambiente público, pois faz parte do território de identidade e do cotidiano das pessoas do lugar. Mascarenhas e Dolzani (2008) explicam que a feira representa uma experiência peculiar de sociabilidade e de uso da rua. Laraia (1997, p. 47) completa

são sistemas (de padrões de comportamento socialmente transmitidos) que servem para adaptar as comunidades humanas aos seus embasamentos biológicos. Esse modo de vida das comunidades inclui tecnologias e modos de organização econômica, padrões de estabelecimento, de agrupamento social e organização política, crenças e práticas religiosas, e assim por diante (LARAIA, 1997, p. 47).

Nas feiras, percebemos a tradição cultural que o ser humano transmite como um padrão de comportamento transgeracional³. Observamos a tradição do "passar adiante" os costumes e valores do grupo social ou da comunidade, cujos elementos transmitidos passam a fazer parte da cultura do local, como um legado histórico-cultural. Nos dias de feira, ganham amplitude as interações sociais e políticas. De acordo com o Estatuto da Cidade, em algumas cidades é estabelecido um dia da semana específico para funcionamento, como um serviço de utilidade pública municipal, exercido por trabalhadores na sua maioria informais (BRASIL, 2002).

1.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo foram considerados aspectos conceituais, históricos, socioeconômicos e culturais do Recôncavo Baiano e sua relação com a feira livre diante do território e da cultura local. Observou-se que, no processo de formação das cidades brasileiras, as feiras tiveram papel representativo bem como na Bahia e no Recôncavo. Percebemos a existência de trocas e sociabilidades numa feira que representam a funcionalidade do comércio e suas relações com a vida em sociedade para além do simples aspecto econômico.

Analisamos variações históricas, e, partindo dessas perspectivas, compreendemos aspectos identitários, solidariedades e relações humanas, componentes que dão forma à vida cotidiana de uma feira livre. Por fim, identificamos a existência de uma relação entre a cultura local e a feira livre, seus aspectos socioeconômicos, e seu estabelecimento por meio dos hábitos adquiridos pela população num contexto histórico, como costumes culturais que favorecem a sua prática até os dias atuais no território do Recôncavo baiano.

³ Relativo à geração, etapa da descendência humana que deve ser seguida por outra.

REFERÊNCIAS

BAHIA. [Constituição (1947)]. **Constituição do Estado da Bahia**. Edição atualizada. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 1989. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/constituicao-do-estado-da-bahia-de-02-de-agosto-de-1947>. Acesso em: 10 maio 2021.

_____. Lei nº 14.172, de 6 de novembro de 2019. Institui o Plano Plurianual Participativo - PPA do Estado da Bahia para o quadriênio 2020-2023. **Diário Oficial do Estado**: Palácio do Governo do Estado, Salvador, Bahia. Disponível em: http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/ppa/PPA2020_2023/revisao/2021/Lei_14172_Lei_PPA_Alterada.pdf. Acesso em: 10 maio 2021.

_____. **Panorama socioeconômico da população negra**. Superintendência de estudos econômicos e sociais da Bahia, 2020. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/textos_discussao/texto_discussao_17.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

_____. **Boletim de Indicadores econômicos da Bahia**, 2021. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3178&Itemid=921. Acesso em: 15 maio 2021.

_____. **Info territórios: território de identidade Recôncavo**. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. [202-?]. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/images/informacoes_por/territorio/indicadores/pdf/reconcavo.pdf. Acesso em: 15 jan. 2021.

BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. Ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

_____. Lei nº. 10.257 de 10 de Julho de 2001, Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Estatuto da Cidade**. Coleção Saraiva de Legislação. 2. ed. Atual. São Paulo: Saraiva, 2002.

_____. **Marco de referência para apoio do desenvolvimento de territórios rurais**. Ministério do Desenvolvimento Agrário [MDA]. Brasília: MDA, 2005.

_____. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Incorpora, sob a ótica do indivíduo e das coletividades, referenciais da bioética, tais como, autonomia, não maleficência, beneficência, justiça e equidade, dentre outros, e visa a assegurar os direitos e deveres que dizem respeito aos participantes da pesquisa, à comunidade científica e ao Estado. Conselho Nacional de Saúde. **Diário Oficial da União**. Brasília: Gabinete do Ministro, 2012. Disponível em:

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 22 nov. 2021.

_____. **Caderno territorial- Perfil Territorial Recôncavo, BA**. Ministério do desenvolvimento agrário, 2015. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_187_Rec%C3%83%C2%B4ncavo%20-%20BA.pdf. Acesso em: 15 mar. 2021.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Volume XXI. Rio de Janeiro, 1958. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_21.pdf. Acesso em: 18 out. 2021.

_____. **Cidades**. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 mar. 2021.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios**. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/27946-divulgacao-semanal-pnadcovid1.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 22 nov. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA. **Institucional**. Portal. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/aceso-a-informacao/institucional>. Acesso em: 15 maio de 2021.

LARAIA, R. B. **Cultura um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

MASCARENHAS, G.; DOLZANI, M. C. S. Feira livre: Territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea - DOI 10.5216/ag.v2i2.4710. **Ateliê Geográfico**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 72–87, 2008. DOI: 10.5216/ag.v2i2.4710. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/atelie/article/view/4710>. Acesso em: 22 nov. 2021.

MOTT, L.R.B. Subsídios à história do pequeno comércio no Brasil. **Revista de História**, São Paulo, v. 53, 1976. Disponível em: <https://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/105/a05n105op.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2021.

NEVES, E. F. **História Regional e Local**: fragmentação e recomposição da história na crise da modernidade. Salvador-BA: Arcadia, 2002.

OLIVA, A. R. **A África não está em nós**: a história africana no imaginário de estudantes do recôncavo baiano. *Fronteiras*, v.11, n. 20, p. 73-91, Dourados, MS: jul./dez. 2009. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/625>. Acesso em: 22 nov. 2021.

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO DO RECÔNCAVO. **Colegiado Territorial do Recôncavo**. Universidade Federal do Recôncavo Baiano - UFRB. Cruz das Almas, 2017. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica->

territorial/PUBLICACOES_TERRITORIAIS/Planos-Territoriais-de-Desenvolvimento-Sustentavel-PTDS/2018/PTDS_Territorio_Reconcavo.pdf. Acesso em: 22 nov. 2021.

PERAFÁN, M. E. V; OLIVEIRA, H. **Território e Identidade**. Coleção Política e Gestão Culturais. Disponível em:

<http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/PERAFANMireyaEValenciaOLIVEIRAHumbertoTerritorioeIdentidadeColecaoPoliticaseGestaoCulturaisSECULT2013.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2021.

RIBEIRO, D. O Brasil crioulo. *In*: RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, H. R. **Sementes do tempo, colheitas da vida**: cultura e trabalho de feirantes no Recôncavo Baiano – Santo Antônio de Jesus (1950-1970). 2018. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2018.

SANTOS, B. S. **A globalização e as ciências sociais**. 3. edição. São Paulo, Cortez, 2002.

SANTOS, M. **A rede urbana do Recôncavo**. Salvador: Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais - Universidade Federal da Bahia, Imprensa Oficial, 1959.

_____. **Por uma Geografia Nova**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1996.

_____. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 1. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SOARES, C. E. L.; GOMES, F. D. S. “Dizem as Quitadeiras...”: ocupações urbanas e identidades étnicas em uma cidade escravista: rio de janeiro, século XIX. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, v. 15, n. 2, jul./dez., p. 3-16, 2002. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/107623>. Acesso em: 22 nov. 2021.

MINI CURRÍCULO E CONTRIBUIÇÕES AUTORES

TÍTULO DO ARTIGO	O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO RECÔNCAVO BAIANO: ANÁLISE DE UMA LITERATURA PRODUZIDA
RECEBIDO	01/03/2022
AVALIADO	01/04/2022
ACEITO	12/04/2022

AUTOR 1	
PRONOME DE TRATAMENTO	Sra.
NOME COMPLETO	Mariana Amado Alvarez Coelho
INSTITUIÇÃO/AFILIAÇÃO	Universidade do Estado da Bahia - ENEB Programa de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social - MPIES.
CIDADE	Serrinha/BA
ESTADO	Bahia
PAÍS	Brasil
LINK LATTES	http://lattes.cnpq.br/3850293924829576
ID ORCID	https://orcid.org/0000-0002-6140-0863
RESUMO DA BIOGRAFIA	Mestrado profissional em Intervenção Educativa e Social, Universidade do Estado da Bahia.
CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES NO ARTIGO	Autora

Endereço de Correspondência dos autores	Autor 1: marianaacoelho@gmail.com
---	--